



ACÓRDÃO Nº1040/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11570/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Manacapuru.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Francisco Coelho da Silva (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4183/2020-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Manacapuru. Exercício de 2017.

Irregularidade. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas do **Sr. Francisco Coelho da Silva**, responsável pela Câmara Municipal de Manacapuru, no curso do exercício 2017, com fulcro no artigo 22, III, b, da Lei Estadual n. 2423/1996 (Lei Orgânica TCE/AM), em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais, conforme as irregularidades descritas no Relatório/Voto;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Francisco Coelho da Silva**, responsável pela Câmara Municipal de Manacapuru, no curso do exercício 2017, no valor de **R\$8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do artigo 54, VI, da Lei Estadual n. 2423/1996 c/c inciso VI do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), em decorrência de ato praticado com grave infração às normas legais (restrição nº 8 do Relatório Conclusivo da DICAMI), que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei



ACÓRDÃO Nº1040/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.3. Determinar à Câmara Municipal de Manacapuru, nos termos do art. 188, §2º, do Regimento Interno/TCE-AM, que:

10.3.1. Busque a realização de concurso público, em observância aos princípios constitucionais, com a reestruturação do quadro de cargos da Câmara de Manacapuru para o aumento de cargos efetivos a fim de suprir as demandas ordinárias às suas atribuições, sob pena de aplicação da multa prevista no inciso VI do art. 308 do Regimento Interno deste TCE/AM (restrição nº 12);

10.3.2. Providencie junto à Junta Médica do município, a avaliação das condições físicas do servidor efetivo **Sr. José Braga Paiva**, para que retorne ao trabalho, se for considerado apto; seja readaptado, se houve perda de sua capacidade laborativa; ou seja, aposentado por invalidez, se constatada a incapacidade laborativa, sob pena de aplicação da multa na forma do art. 308, VI, do Regimento Interno-TCE/AM (restrição nº 13);

10.3.3. Publique mensalmente, no portal da transparência, a relação de todas as compras feitas pelo Poder Legislativo Municipal, de maneira a clarificar a identificação do bem comprado, seu preço unitário, a quantidade adquirida, o nome do vendedor e o valor total da operação Municipal, sob a possibilidade, em caso de não atendimento, de aplicação da multa prevista no art. 308, inciso V, ou na alínea “b” do inciso IV em caso de reincidência (restrição nº 15);

10.4. Determinar à Comissão de Inspeção para que nas próximas inspeções:

10.4.1. Verifique quais as providências adotadas pelo atual gestor, assim como por quem o venha substituir, no sentido de regularizar a situação jurídica quanto: a) Ausência de Concurso Público para provimento de suas atividades finalísticas, em especial para o cargo de Advogado/Procurador da Câmara, conforme determina o artigo 37 da CF/88 (restrição nº 3); e b) ao endereço eletrônico do Portal da Transparência da Câmara Municipal de Manacapuru (restrição nº 15);

10.4.2. Acompanhe o cumprimento das determinações proferidas no Relatório/Voto.



ACÓRDÃO Nº1040/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 4 de Novembro de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral